

## PRIORIDADES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL

*Sessão de 8-4-87*

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: os trabalhadores sempre foram excluídos das Constituições. O Brasil moderno não suporta mais isso, a menos que a gente queira fazer uma Constituição que não perdue, que não dure, que não se legitime, que não seja um instrumento de fato da base jurídica. Nós queremos colocar, de acordo com o nosso compromisso de campanha, algumas das reivindicações que nós vamos transformar em projetos concretos para as subcomissões ora em funcionamento na Constituinte.

Primeiro, nós queríamos dizer que, no campo da liberdade política, além de algumas reivindicações tradicionais como: a liberdade de organização política e sindical, um direito de greve sem restrições, e aqui é sempre interessante colocar que há sempre limitações da lei quando coloca que, nos serviços essenciais, seria proibido o direito de greve. Mas aos trabalhadores dos serviços essenciais não querem pagar salários essenciais, e dessa forma essa contradição só pode se resolver com direito de greve sem restrições. Além da liberdade de expressão e de direitos tradicionais que nós colocamos, queríamos referir-nos, aqui, à liberdade de expressão, que hoje, no Brasil, no mundo, não tem mais sentido sem haver uma democratização dos meios de comunicação de massa. Não podemos tolerar, de maneira alguma, o monopólio desses meios de comunicação, e nem podemos aceitar a atual situação, onde o Estado faz o que quer, dá concessão a quem quer, e faz dos meios de comunicação de massa um instrumento que acresce o seu poder político. Depois, nós não podemos entrar numa transição democrática e chegar a um regime democrático sem questionar claramente o papel das Forças Armadas. Hoje em dia, não só precisamos dar às Forças Armadas aquele papel tradicional de defesa dos inimigos externos, como precisamos levar a democracia aos quartéis. Não basta dizer que as Forças Armadas devem voltar aos quartéis, é preciso questionar uma estrutura que permitiu golpes militares, que permitiu a intervenção efetiva das Forças Armadas contra movimentos sociais, tratando de colocar as Forças Armadas como uma instituição transparente, vigiada pelo País, pela sociedade

civil e pelo Parlamento. Depois, queremos nós, trabalhadores, viver dignamente: isso significa o direito a um salário digno, mas com a aplicação imediata. Nesse ponto, a base do projeto do PT por uma Constituição, feita pelo Professor Fábio Comparato, coloca a necessidade de aplicabilidade imediata dos grandes direitos democráticos e dá um prazo, para todas aquelas matérias que necessitem de legislação complementar, de três anos, sem o que os tribunais podem aplicar, diretamente, este princípio.

Nós queremos a redução da jornada de trabalho, o salário desemprego, a estabilidade e, também, corrigir uma injustiça histórica, dando a paridade para os aposentados. Os aposentados que trabalharam toda a sua vida para sustentar os filhos, sustentar a família, e que, depois da aposentadoria, não têm sequer aquilo para eles mesmos sobreviverem. A título de dizer que não contribuem mais para a Previdência, esquecem de que toda a sua vida foi dedicada a educar aqueles que, hoje, são os trabalhadores da ativa. A paridade é uma exigência, agora, na nova Constituição.

Nós temos que viver tempos de mudança. Os movimentos grevistas, que colocam, hoje, o País em situação demonstrativa das dificuldades sociais, mostram que não há solução política nenhuma, a menos que dois tipos de medidas sejam auxiliados pela atual Constituição. Em primeiro lugar, a suspensão do pagamento da dívida externa, sem o que o País não terá condições de um crescimento que perdure, um crescimento que dê frutos; em segundo lugar, uma reforma agrária feita pelos trabalhadores, que permita de fato, com seu caráter antilatifundiário, que se golpeie o latifúndio, acabe-se com o latifúndio e permita-se a democratização, enfim, da propriedade da terra.

Nós queremos saúde, educação pública e gratuita, mas não queremos só isso.

É muito comum no Brasil ser o serviço público um serviço mal feito, ser um serviço que não atende à população. Nós queremos um serviço democrático, público, mas não ao dispor do Estado. Não queremos uma educação estatal e uma saúde estatal; queremos o controle dos trabalhadores da educação e da saúde sobre suas instituições e queremos a participação efetiva da comunidade, através das associações de moradores, dos sindicatos e das associações de usuários. Por isso, somos, no campo da educação, pela eleição direta dos diretores de escolas, pela eleição direta para cargos em todas as instituições ligadas a esses setores sociais.

A greve dos professores do Rio de Janeiro, que perdura ainda hoje, da rede privada de 1º, 2º e 3º graus, comprova o deslante de dizer que há uma função social por parte do ensino privado. De 1979 para cá, o salário dos professores aumentaram 7.000%, enquanto as mensalidades aumentaram 14.000%. É perfeitamente possível aumentar os salários dos professores sem ter nenhum aumento de mensalidades. O serviço privado faz deslocar, inclusive, financiamentos da área da educação para outros setores, através das mantenedoras,

ou, ainda, viver de subsídios públicos. Há toda uma rede de corrupção, de politicagem, de clientelismo na distribuição de bolsas, com características absolutamente políticas, para escolas e faculdades que são, apenas, fábricas de diplomas para ascensão funcional de um ou outro.

Nós queremos a descentralização; queremos a descentralização política através do reforço do Poder Legislativo e do fortalecimento das regiões, dos municípios dos Estados. Sem isso, este País vai continuar herdando tudo aquilo que teve, o centralismo da ditadura militar. Queremos ter, também, a descentralização econômica; não podemos compreender uma educação municipal ou estadual, uma saúde municipal ou estadual, sem que município ou o Estado tenha meios financeiros. Para isso, é essencial e urgente a reforma tributária. Neste sentido, não só queremos a reforma tributária na Constituição, mas queríamos, desde já, a anistia para as dívidas dos governos estaduais em relação ao Governo federal e aos credores externos, dessa forma permitindo que os grandes municípios, pelo menos os municípios das capitais, tenham condições de sobreviver, já que todos eles, hoje, sem exceção, estão falidos.

Nós queremos que, nesta Constituição, se tomem medidas efetivas contra a discriminação, seja de raça, de cor, de religião, de classe ou de orientação sexual. Não é mais possível, simplesmente, um bom parágrafo, dizendo que não é recomendável a discriminação. Nós queremos uma alteração profunda, com a penalização daqueles que violem o princípio legal. Queremos que se estabeleça uma punição efetiva para aqueles que insistem em discriminar, de qualquer forma que seja.

Finalmente, nós queríamos que nesta Constituição constasse a definição de crime contra o meio ambiente. Não é possível, hoje, num capitalismo moderno, num regime industrial, no final do século XX, que se trate de qualquer crescimento econômico, de qualquer parte social, sem que se trate do meio ambiente. Nós queremos a definição, em lei complementar, a tipificação dos diferentes crimes contra o meio ambiente e de diferentes penas. Nós temos que ter penas que vão desde sanções econômicas, de multas, ao fechamento das entidades, das instituições que poluem o meio ambiente, e nós temos que chegar, inclusive, à sanção penal contra os violadores da legislação sobre esse meio. Nós também queríamos tocar, nessa parte, na utilização da energia nuclear. Em toda a nossa campanha colocamos que a utilização, hoje, da energia nuclear é perigosa e é contra-indicada. Nós exigimos que, nesta Constituição, para que a energia nuclear possa ser utilizada, se realize um plebiscito para saber se é válida ou não a utilização da energia nuclear. Em primeiro lugar, um plebiscito nacional para afirmar isso, e, em segundo lugar, no caso afirmativo de utilização de energia nuclear, que só se instale usinas naqueles municípios em que a população majoritariamente disser sim, naqueles Estados em que a população disser sim. Vejo muitos ministros, inclusive do Governo, que defendem a energia nuclear, mas

na hora de colocar o nuclear nos seus Estados ou nos seus municípios ninguém quer. A intenção nossa é colocar, pelo menos, um desenvolvimento que quebre dois tabus da realidade brasileira; o primeiro é um desenvolvimento econômico que redistribua a renda — e vou ter a oportunidade de voltar a esta tribuna, através, inclusive, do trabalho de comissão, para colocar nossas posições sobre a ordem econômica —, mas que redistribua efetivamente a renda. O trabalhador que cria riqueza, o trabalhador que faz as coisas, o trabalhador que dá ampla base material para a sociedade, não tem recebido praticamente nada, mesmo no auge do demagógico Plano Cruzado.

Quando a gente faz o cálculo estatístico, o Ministério do Trabalho mostra que, de fevereiro a dezembro, caiu o salário real do trabalhador brasileiro — o seu destino é sempre pagar o preço da crise — e, quando chega a hora do crescimento, diz que espere, que amanhã os frutos serão redistribuídos.

Portanto, nós queremos um crescimento com redistribuição de renda, atendendo à reivindicação daqueles que criam riquezas.

Em segundo lugar, queremos um crescimento que preserve o meio ambiente. Não é mais possível crescer a qualquer risco, crescer de qualquer jeito. Temos que crescer criticamente, temos que criar novas formas de desenvolvimento, e nisso a Constituição pode estabelecer bases legais que facilitem a vida do trabalhador brasileiro. Muito obrigado.